

**MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA  
SECRETARIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E  
TRANSFORMAÇÃO MINERAL**

**CPRM – SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL**



***RELATÓRIO DE VIAGEM AO EXTERIOR***

**ROBERTO VENTURA SANTOS-DGM**



**19 REUNIÃO ISBA**

**Kingston, Jamaica**

**BRASÍLIA, 5 DE AGOSTO DE 2013**

**INTRODUÇÃO:**

BIBLIOTECA

RLV

420

A sessão da Autoridade dos Fundos Marinhos (ISBA) ocorre anualmente em sua sede na cidade de Kingston, Jamaica. Durante as sessões anuais são reunidos a Comissão Técnica e Jurídica, a Comissão de Finanças, a Assembléia e o Conselho.

O presente relatório refere-se principalmente a nossa participação durante as reuniões dos Conselho, quando são discutidos os pontos mais importantes referentes às atividades da ISA. Ressalto que todos os documentos discutidos, incluindo as decisões do Conselho podem ser encontrados na página internet [HTTP://WWW.ISA.ORG.JM/EN/SESSIONS/2013/DOCUMENTS](http://www.isa.org.jm/en/sessions/2013/documents). 22

Apresento abaixo minhas considerações sobre os principais pontos abordados durante as reuniões do Conselho.

**COMENTÁRIOS SOBRE AS REUNIÕES DO CONSELHO:**

• 15/jun/2013

As reuniões se iniciaram na segunda-feira pela manhã com a abertura da Assembléia. Após a indicação dos presidente e vice-presidentes, dentre outros pontos da agenda, foram realizadas as votações de três membros do "Finance Committee". Os referidos membros renunciaram após terem sido eleitos em 2011. Vale ressaltar que todos os novos indicados são do mesmo país de origem daqueles que apresentaram a renúncia, não havendo em nenhum momento questionamentos com relação a essa questão. O mesmo acontece com o "Legal and Technical Committee", conforme discutimos a seguir.

Após a reunião da Assembléia, que se encerrou às 13:00 hs, ocorreu a reunião do Grupo 77+China, constituído pelos países em desenvolvimento mais a China.

• 16/jun/2013

9:00: Reunião do GRULAC (Latin America and Caribbean Group) quando foram levantados duas questões a serem levadas ao Conselho: 1) o financiamento da gestão dos contratos de exploração; e 2) a inclusão do termo monopólio, bem como suas consequências, no "Sulphide Nodules Mining Code". Deve-se chamar a atenção que esse código é o mais antigo, tendo sido aprovado em 2000, e que não contem a cláusula de monopólio como consta nos códigos de crostas de ferro-manganês e de sulfetos polimetálicos.

10:00: Dado início à reunião do Conselho, passou-se à pauta. Ficou claro que as informações contidas no LTC *report* sobre o andamento e aprovação do contratos com a Autoridade não permitem um acompanhamento efetivo por parte do Conselho. Por exemplo, com relação ao LTC *report* referentes às duas aplicações aprovadas na Seção 19, por parte da China e do Japão, é notório a ausência de informações não confidenciais que poderiam em muito facilitar um melhor acompanhamento por parte do Conselho. Por exemplo, não constam nos *reports* informações sobre investimentos estimados ou mesmo sobre detalhes do programa de treinamento. Em relação a esse último ponto seria extremamente salutar que o conselho fosse informado dos detalhes, promovendo desta forma uma maior divulgação desse item. Devo chamar a atenção que, durante os comentários do representante da China efetuados após a aprovação de sua proposta, o próprio representante mencionou detalhes sobre o item treinamento.

O LTC, *Legal and Technical Committee*, apresentou relatório no qual diversas questões foram levantadas. Um dos pontos mais críticos refere-se ao tempo necessário para análise das proposta e dos temas a serem abordados pela Comissão. Nessa reunião, quatro propostas deixaram de ser analisadas por falta de tempo (Rússia, Índia, Singapura

e Reino Unido), causando um grande descontentamento entre os membros do conselho interessados nas mesmas. Visando minimizar essa situação, seria importante a realização de um estudo sobre novas formas de atuação do LTC. Por exemplo, os membros do conselho poderiam utilizar a internet para ter acesso aos documentos, trocar informações sobre os mesmos, além de outras atividades, de forma que a reunião presencial seria utilizada para fechamento dos documentos e discussão dos temas mais complexos.

Uma outra questão fundamental refere-se ao forte caráter político da LTC, muito embora ela tenha no papel funções técnica e jurídica. Essa questão é tão forte, que essa Comissão pauta, pelo menos em parte, politicamente o Conselho. Ressalta-se ainda que as manifestações e acontecimentos no âmbito do Conselho deixam claro que os representantes da LTC tem uma forte inclinação em direção aos interesses de seus países de origem, motivo pelo qual os representantes são indicados por Estados Membros e obedecendo uma divisão regional. Por fim, reforço a necessidade de termos um representante associado ao Estado Brasileiro tendo em vista que as discussões no âmbito do LTC, além de políticas, possuem também um caráter estratégico e que possibilita o acesso a informações privilegiadas no âmbito da Autoridade. Embora os membros do LTC assinem uma cláusula de confidencialidade, motivo pelo qual não podem divulgar os documentos analisados, eles possuem acesso a informações que certamente permitem uma avaliação mais precisa das propostas a serem apresentadas por seus países de origem:

O Conselho dedicou-se também um longo tempo para discutir a sustentabilidade financeira da Autoridade, principalmente diante da necessidade de recursos para a administração e acompanhamento dos contratos. Causou-me estranheza saber que até o momento não houve repasse de recursos por parte dos contratantes por falta de uma

previsão legal. De fato, os códigos de sulfetos maciços e crostas de Fe e Mn possuem cláusula que prevêem repasses financeiros anuais à Autoridade. Esta cláusula não está presente no código de nódulos de sulfetos.

Foi apresentado e discutido o documento do Secretário-Geral que trata das legislações relativas à mineração marinha por parte dos países que compõem a Autoridade. No documento não constava as legislações brasileiras, motivo pelo qual o Embaixador solicitou que fosse preparado estudo sobre o tema a ser encaminhado à Autoridade.

• 17/07/2013

A sessão iniciou-se com a continuidade do relatório da Comissão de Finanças. O relatório não apresenta os detalhes necessários para uma avaliação crítica do Conselho, situação essa inusitada diante da necessidade de transparência. A Autoridade é deficitária e os contratos de exploração não cobrem financeiramente os custos da instituição. Visando promover e aprofundar a discussão, o Embaixador brasileiro solicitou logo no início dos trabalhos que a sessão do Conselho fosse fechada, ou seja, que estivessem presentes apenas os membros efetivos do Conselho. Essa solicitação levou a várias manifestações contrárias, em particular de Fiji, do Reino Unido e de Uganda.

Em seguida passou-se à solicitação da empresa Nautilus, que propôs criar uma “*joint venture*” com a Enterprise, que é uma empresa a ser criada junto à Autoridade. A maior parte das intervenções argumentou que as condições operacionais para se colocar a Enterprise em operação ainda são muito prematuras. Alguns pontos na proposta da Nautilus deixaram vários membros do Conselho desconfortáveis. Dentre elas, cabe destacar a dimensão da área solicitada pela Nautilus, que é duas vezes maior que de uma

aplicação normal, e o fato de haver interferência com a solicitação de Singapura. Esse último aspecto levanta a questão quanto ao direito de prioridade.

Ressalta-se que a Nautilus está solicitando áreas na chamada áreas reservada, ou seja, em áreas que já foram objeto de outras aplicações. Essas áreas reservadas só podem ser solicitadas por países em desenvolvimento, como Singapura, ou por meio de uma proposta de "joint venture". As áreas reservadas somente estarão liberadas para novos contratos a partir de 2015/16. Por fim, cabe mencionar o fato da Nautilus, uma empresa canadense, não ter articulado previamente com o representante do Canadá, seu país de origem, a ponto desse mesmo representante ter se manifestado diante do Conselho o desconhecimento em relação à proposta apresentada.

A futura criação da Enterprise no âmbito da ISBA requer alguns passos que incluem: parecer e análise do LTC, parecer da Comissão de Finanças e um estudo jurídico sobre a criação da Enterprise. A discussão sobre a Nautilus se prolongou até o final da tarde de sexta-feira, não se tendo chegado a um consenso. Essa questão foi concluída apenas na segunda-feira, dia 22/7, quando foi aprovado um documento com dois pontos principais: 1) que a criação da Enterprise era prematura; 2) que a questão da Nautilus não deveria interferir na análise dos processos por parte do LTC.

• 18-19/07/2013:

A sessão iniciou-se com a manifestação do representante da Rússia solicitando que o LTC volte a se reunir em caráter extraordinário. Essa questão suscitou vários questionamentos, inclusive sobre o número de membros do LTC que ainda estavam na Jamaica e outras questões operacionais relativas a essa comissão, como a necessidade de tradução simultânea. A proposta da Rússia acabou sendo abandonada.

Posteriormente, passou-se a tratar da proposta de "amendment" do LTC ao regulamento sobre nódulos polimetálicos:

. **Nota sobre o Regulamento 5 número 2 e Regulamento 31 número 4:** quem financiará o monitoramento? Há previsão de recursos financeiros para esse tipo de atividades? Terá a Autoridade liberdade para discutir e propor questões específicas com relação aos estudos ambientais?

. Essa questão, bem como a autonomia financeira da Autoridade, leva a outra questão mais fundamental: a Autoridade deve ter uma papel mais passivo e cartorial, ou deve ser mais propositiva, podendo realizar estudos que eventualmente venha antecipar problemas futuros? Por exemplo, os instrumentos legais disponíveis permitem à Autoridade enfrentar problemas ambientais semelhantes ao ocorrido no derramamento de óleo em 2010 no Golfo do México?

. **Nota sobre Regulamento 16:** não foi incluído na revisão a possibilidade de "joint venture" com relação à área reservada. Por que não fazê-lo, já que estamos adequando a legislação?

. **Nota sobre o Regulamento 21:** termo "monopolize" não foi considerado.

• 22/07/2013

Em 22 de julho a reunião do Conselho iniciou-se tendo que se posicionar sobre a questão da Nautilus e sobre a proposta de "amendment" ao código de nódulos de sulfetos. Ficou

acordado que o LTC não deverá considerar a proposta da Nautilus diante da necessidade de avaliar outras propostas de países membros.

Na tarde de segunda (22/julho) passou-se à discussão do documento sobre exploração. Esse documento representa uma nova etapa no âmbito dos recursos do mar. Considero fundamental uma discussão profunda sobre esse assunto, uma vez que não podemos nos esquecer que os países em desenvolvimento são grandes produtores de matéria prima mineral. Por exemplo, o Chile e o Brasil poderiam ser muito afetados por uma alta produção de cobre e manganês.

Outro pontos importante: os países europeus, em sua maioria, praticamente aboliram mineração por razões ambientais. Por exemplo, praticamente não há atividade de mineração na França.

• **23/jun/13:**

Discussão sobre o documento que trata dos recursos financeiros provenientes dos contratos.

Ainda na terça-feira, foi repassado ao membros do MRE texto sobre o Atlas do Atlântico Sul e uma proposta de treinamento para técnicos dos países do Atlântico Sul. Ressalta-se que o Secretário-Geral fez um comentário em seu "report" anual ao trabalho que a CPRM está realizando. Considerando que não há documentos formalizando essa cooperação entre a CPRM e a Autoridade, tive reuniões com técnicos da Autoridade, quando tivemos a oportunidade de discutir sobre a formalização da cooperação, andamento do Atlas do Atlântico Sul e projetos futuros. Segue texto sobre o tema:

***“The Digital Atlas of the South Atlantic, otherwise known as the Geographic Information System (SIG, in Portuguese) is produced by CPRM, the Brazilian Geological Survey. The Atlas consists of digital datasets that provide a) a structural map of the South Atlantic Ocean, b) a morphotectonic map of the South Atlantic Ocean and c) an explanation note with information on the source and the processing of data.***

***There are a few pending steps that need to be completed to bring the project to its successful conclusion:***

***- A few minor points that need correcting. Most of the changes have already been made, and the remaining few are in their final process of implementation.***

***- The first version of the Atlas is ready to go live on the Internet, and can be published on the CPRM or the ISA websites as of now, if so decided. However, in order to make the product available on the CPRM website, a formal authorization of the Authority is required. As you are probably aware, the Atlas includes proprietary ISA data, which CPRM is not authorized to disclose.***

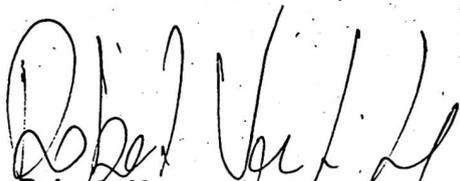
***- The CPRM marketing division is finalizing graphic production steps and the layout of the DVD cover for approval by the parties. Once we have the green light, the material can go into print and be ready by the end of 2013.***

***Finally, we believe that a logical next step in the project would be offering a specialization course. This could take the form of a 2-year, 360-hour course aimed at training specialists from developing countries. Participants would be required to produce a final paper, which should be presented orally. The course could be organized in two-week sessions, or modules, and would deal with a number of themes related to marine studies, such as:***

- 1. Geology and evolution of the South Atlantic: geology, morphology and evolution of the South Atlantic;***

2. **The marine environment: the marine environment and ecosystems and sustainability;**
3. **Marine mineral resources in the sea;**
4. **Geophysical methods applied to marine studies;**
5. **Prospection methods in marine environments;**
6. **The seabed as a common heritage of mankind, legal issues and seabed law and the mining code.**
7. **Presentation of projects."**

**Brasília, 5 de agosto de 2013**

  
**Roberto Ventura Santos**

*Ciente*  
  
**Manoel Barretto**  
Diretor - Presidente